

Roberto de Las Casas

Aliados de Sarney

3 DEZ 1986

As recentes mudanças políticas foram muito importantes e já se pode dizer que entramos na Novíssima República. Apesar deste fato não ter sido proclamado, os informados já sabem que as regras de ação política e social mudaram. Muitos colocam como data desta mudança a repressão à manifestação realizada em Brasília. Foi anterior o sinal de mudança.

Na véspera da manifestação, todos os jornais publicaram as declarações do presidente Sarney feitas no Estado-Maior das Forças Armadas. Ele antecipou uma resolução do âmbito da Constituinte. Afirmou que as Forças Armadas deveriam ter atribuições na manutenção da ordem interna do país.

Este é um dos temas considerados polêmicos nas discussões que se engajarão os constituintes. Uns afirmam que as atribuições tradicionais das Forças Armadas devem ser mantidas, outros que elas, como na maioria das democracias, devem se restringir à defesa de nossas fronteiras e, mesmo assim, sob o comando do poder civil. O presidente avançou uma posição do Executivo antes mesmo da posse dos constituintes. Isto, é claro, não por acaso.

A Nova República estava «fazendo água» no campo econômico quando veio o Plano Cruzado. A inflação continuava alta a confiança dos políticos no governo claudicava e o mesmo se pode dizer em relação à opinião pública. Líderes peemedebistas propunham mesmo uma ruptura com o governo. Tal não se deu.

Veio o Plano Cruzado e a opinião pública aderiu ao presidente. Foi esta adesão que permitiu a imensa vitória das forças situacionistas, mesmo quando os observadores melhor informados sabiam que o plano estava dando problemas.

O ágio se generalizara, a sonegação cresceu a ponto de perturbar o abastecimento e a inflação real era superior à anunciada. Nada mais funcionava no plano econômico.

As causas disto não estavam necessariamente no domínio de erros de planificação, mas sim no da impossibilidade de realização. O Estado não possuía instrumentos eficazes para fazer com que os agentes econômicos aplicassem a política do governo. Uma inflexão se fazia necessária. Sarney a anunciou.

As eleições ainda foram fruto do Plano Cruzado I. Deram a maior vitória que um governo já teve no Brasil. O PMDB triunfou, a Aliança Democrática ocupou todos os espaços.

O Plano cruzado II foi uma meia-volta. Representou uma mudança fundamental na distribuição dos encargos sociais na recuperação da economia. Antes se falava em fazer pagar o ônus da crise àqueles que podiam agora se atribuir os sacrifícios àqueles que sempre os fizeram: os trabalhadores e em especial a classe média.

Antes mesmo desta reforma o PMDB passara à pressão e pedia ao governo que cumprisse seu programa, enquanto a população esperava melhorias que afinal não vieram.

Veio a manifestação de Brasília. Estava condenada a servir de exemplo. Os promotores não haviam entendido nada, desafiaram os poderes públicos e pensavam que poderiam lhes impor um recuo, mobilizando o descontentamento da classe média de Brasília. As chamadas forças da ordem foram chamadas a reprimir manifestantes e tolerar arruaceiros ainda não identificados. O espetáculo tinha destinação interna e externa. Ainda não se sabe se a demonstração foi eficaz. Parece que não. No exterior, os credores fazem saber que querem dinheiro e não apenas repressão. Internamente o governo parece condenado a negociar. Para o interesse de todos este caminho deve ser explorado. Só assim o país poderá vencer suas dificuldades.